

ação

Jornal do CRESS-SP / Dez. 2022 - Jan. 2023

POR ELAS E COM ELAS!

Profissionais mulheres refletem sobre a campanha "Nós, mulheres, assistentes sociais de luta!" e falam da sua relação direta com a pauta, defendendo o olhar plural e as discussões vinculadas ao debate étnico-racial

P.3



Foto: Freepik | Arte: Por Jheniffer Sobral

P.6

A Secretaria do Conselho e sua atuação pela categoria em SP

P.8

Como assistentes sociais mulheres enfrentam o machismo e o patriarcado no atendimento à população feminina

P.10

Pandemia, cenário político adverso e os inúmeros desafios da gestão do CRESS-SP no triênio 2020-2023

SOBRE DESAFIOS, VELHAS E NOVAS LUTAS, E RECOMEÇO

A gestão “*Ampliações: Em defesa do Serviço Social, nos encontramos na luta!*” encerra este triênio 2020-2023, marcado por muitos desafios. Em um cenário desolador para a classe trabalhadora, agravado pela pandemia da COVID-19, pelos inúmeros retrocessos do Governo Federal no campo econômico e social, além da polarização política, a gestão do CRESS-SP cumpriu sua agenda político-administrativa com a árdua tarefa de dar respostas à precariedade e intensificação do trabalho das/os assistentes sociais nesse período.

Mas o final de um triênio significa, também, o recomeço! Assim como na política brasileira, o Conjunto CFESS-CRESS passa por eleições nos próximos meses, um momento de renovação das gestões do CFESS, CRESS e Seccionais. Consideramos esse momento um dos mais importantes para o Conjunto, pois é o espaço em que democraticamente as/os assistentes referendam as direções que tenham como compromisso a defesa do nosso projeto ético-político, vinculado a um projeto de transformação da sociedade.

Por essa razão, entendemos que, no campo da política brasileira, um projeto de país que defenda os interesses da nossa classe (a classe que vive do trabalho) deve também estar firmado em valores de liberdade, igualdade, de radicalidade democrática, de cidadania, do combate ao preconceito, da defesa intransigente dos direitos humanos e da qualidade dos serviços prestados, conforme recomendam os

Princípios Fundamentais do Código de Ética da profissão. Assim, no número 98 do Jornal AÇÃO, trazemos, em diversos textos, esses valores que defendemos!

Abrimos a edição com a matéria sobre *Conjuntura*, que traz uma análise sobre os sistemáticos ataques aos direitos das mulheres no Brasil e como a Campanha de Gestão “*Nós, mulheres, assistentes sociais de luta!*” pode contribuir para um olhar plural, promovendo discussões vinculadas ao debate étnico-racial na profissão. Na editoria *O Conselho*, é destaque a atuação do Setor de Secretaria do CRESS-SP no suporte e atendimento à processualidade da ética profissional. Em *Na Prática*, duas assistentes sociais contam sobre suas atuações no atendimento especializado a mulheres vítimas de violência. Por fim, trazemos a *Entrevista* com a Direção Estadual fazendo um balanço sobre como se deu a “gestão pandêmica” de uma autarquia nos últimos três anos.

Desejamos a todos, a todas e todes uma boa leitura!

Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS 9ª Região

Gestão Ampliações: Em defesa do Serviço Social, nos encontramos na luta! (2020-2023)

OS MURRADO

ação #98

cress-sp conselho regional de serviço social de são paulo 9ª região

INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO — 9ª REGIÃO (CRESS-SP) DEZ. 2022 - JAN. 2023

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO - 9ª REGIÃO

Rua Conselheiro Crispiniano, 80 – São Paulo – SP – CEP 01037-000
secretaria@cress-sp.org.br ou www.cress-sp.org.br
facebook.com/cress.saopaulo
youtube.com/cresssp
instagram.com/cress_sp

20ª DIRETORIA
Gestão “*Ampliações: Em defesa do Serviço Social, nos encontramos na luta!*”

Presidenta: **Nicole Barbosa de Araujo**
CRESS Nº 48.478

Vice-Presidenta: **Francilene Gomes Fernandes**
CRESS Nº 38.876

1º Secretário: **Ubiratan de Souza Dias Junior**
CRESS Nº 56.238

2ª Secretária: **Patrícia Maria da Silva**
CRESS Nº 40.136

1ª Tesoureira: **Laressa de Lima Rocha**
CRESS Nº 48.137

2ª Tesoureira: **Ana Lea Martins Lobo**
CRESS Nº 51.291

Conselho Fiscal

Anne Oliveira da Silva
CRESS Nº 57.945
Maria Conceição Borges Dantas
CRESS Nº 33.767
Regiane Cristina Ferreira
CRESS Nº 31.262

Suplentes

Nayara Albino Gonçalves CRESS Nº 50.037
Thiago Estevão Ramos CRESS Nº 39.127
Bárbara Canela Marques CRESS Nº 39.904
Thiago Agenor dos Santos Lima CRESS Nº 41.968
Aparecida Mineiro do Nascimento Santos
CRESS Nº 15.204

Comissão de Comunicação

Nicole Barbosa de Araujo CRESS Nº 48.478
Ubiratan de Souza Dias Junior CRESS Nº 56.238

Assessoria de Comunicação

Larissa Furtado
comunicacao@cress-sp.org.br
(11) 3351-7506
Segunda à sexta, das 12h às 18h.

MPM
Editora

Reportagem e Edição

Ana Paula Cappellano - MTB 09394/MG
jornalista@mpmcomunicacao.com.br

Reportagem

Lilian Castilho

Atendimento

Leonardo Dias
atendimento1@mpmcomunicacao.com.br

Designer

Jheniffer Sobral

Impressão e Tiragem

MPM Comunicação
44.300 mil exemplares

Fotos

CFESS, CRESS-SP, Shutterstock

Capa

Banco de imagens: Freepik

TODAS AS LUTAS

O ataque aos direitos das mulheres, em todas as frentes, escalonou em ritmo acelerado nos últimos anos no Brasil. Na campanha “Nós, mulheres, assistentes sociais de luta!”, assistentes sociais mulheres são agentes de transformação e sujeitos a demandar direitos em busca de uma nova ordem societária. Profissionais defendem olhar plural e discussões vinculadas ao debate étnico-racial

Por Ana Paula Cappellano e Lilian Castilho | Edição: Ana Paula Cappellano | Fotos: arquivo CRESS-SP / pessoal

Se a defesa dos direitos sociais e humanos da classe trabalhadora está no centro do Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil, sendo a linha condutora da atuação dos/as assistentes sociais no país, a denúncia do ataque a esses mesmos direitos é um dever diário na vida desses/as profissionais, seja nos atendimentos nos espaços sócio-ocupacionais, na docência, na pesquisa ou nos movimentos sociais.

No campo da pauta de gênero, especialmente nos últimos quatro anos, **com investidas contrárias sempre mais violentas, lideradas por governos neoconservadores, marcadamente pelo Governo Federal, essa defesa precisou bradar ainda mais forte e mais alto em nome das mulheres**, sempre as mais impactadas pelas crises do Capital e pelos retrocessos sociais, em especial as pretas, indígenas, trans, pobres e periféricas. Nesse cenário, a **Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS deste triênio, “Nós, mulheres, assistentes sociais de luta!”**, promove uma agenda de ações e debates ainda mais intensos no âmbito da profissão e é considerada acertada por referências da área.

“Ao aprovar uma campanha que busca evidenciar a condição de vida das mulheres, as desigualdades com base na raça/etnia, os direitos sexuais e reprodutivos, para além do sexo biológico, ampliando o debate sobre pessoas que engravidam e o direito ao aborto, os direitos e as reiteradas violações em relação às mulheres lésbicas, transexuais e travestis, entre outras singularidades que ainda são sub-representadas nos espaços e nas escolhas temáticas do Conjunto, a gestão avança e cumpre seu papel de fortalecimento das garantias individuais. Essa direção ético-política certamente espraia e provoca o debate entre assistentes sociais cujo trabalho nas diversas políticas públicas, não raro, é preenchido integralmente com demandas emergenciais e urgentes, sobrando pouco espaço para abstração do cotidiano que dilacera a todas nós”, avalia **Márcia Campos Eurico**, professora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP Baixada Santista, coordenadora do *GTP Serviço Social, Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/etnia e Sexualidades ABEPSS* no biênio 2021-2022, e autora do livro *RACISMO na infância*. Ela lembra que combater práticas misóginas, sexistas, racistas, capacitistas, mascaradas de liberdade individual é função precípua das entidades da categoria profissional.

Priscila Lemos Lira, assistente social, base do CRESS-SP, mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP, doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Analista em Assistência e Desenvolvimento Social na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), explica que as mulheres, historicamente, estão constantemente



Assistentes sociais marcham pelas mulheres em Maceió/AL, na edição 2022 do “Grito dos Excluídos”, no 7 de Setembro.

em movimento pela conquista de liberdade e direitos. Ela comenta como a opressão patriarcal é um sistema a ser combatido dentro e fora do Serviço Social, já que, somado ao capitalismo e racismo, forma um conjunto de estruturas que fundam a desigualdade no Brasil.

A assistente social atua no Centro de Referência da Mulher em São Paulo/SP e, como mulher, assistente social e ativista pelos direitos da mulher, tem seu lugar de fala sobre a rotina, as dificuldades e lutas nos processos por direitos e equidade da população feminina. “Ser mulher, negra, trabalhadora, assistente social demanda uma atuação profissional comprometida com a defesa dos direitos das mulheres de forma interseccional, além da constante mobilização contra qualquer forma de retrocesso”, descreve.

Considerando a realidade de atuação de muitas assistentes sociais, trabalhar no combate à violência doméstica contra a mulher, por exemplo, **é se deparar rotineiramente com o enfraquecimento de políticas públicas voltadas para essa população**, o que se reflete no quadro de recursos humanos mínimos para o trabalho de formação, prevenção e enfrentamento. “De modo geral, os serviços de enfrentamento à violência doméstica são espaços que sofrem um processo de precarização e sucateamento intencional na perspectiva de terceirizações e privatizações”, observa a profissional.

De acordo com Priscila, nos últimos anos, **têm sido recorrentes os cortes orçamentários e a redução da oferta de atendimento, na contramão do aumento vertiginoso dos casos de violência doméstica e feminicídio, sobretudo a partir da pandemia de COVID-19**, além do descumprimento da *Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (2006)*.

Márcia Eurico reforça que tanto na categoria profissional quanto nos atendimentos pres-

tados cotidianamente por assistentes sociais, as mulheres são maioria, as trabalhadoras atendidas sendo responsáveis pelo sustento do grupo familiar. Nessa relação, as desigualdades de gênero aparecem nas duas pontas. “Enquanto categoria que vive do seu próprio trabalho, a desigualdade nas relações de gênero também é experimentada por nós. Ela está presente no cotidiano de trabalho, nas funções que desempenhamos, no assédio moral e sexual, no controle sobre os corpos e sobre a gestação, na percepção de salários menores que os pagos aos homens, na deterioração dos direitos trabalhistas. **Na relação com a população atendida, a desigualdade nas relações de gênero triplicam o desafio de desvelamento do real, onde os níveis de pobreza e de retração de direitos são reflexo de um projeto societário em que parte significativa da classe trabalhadora é descartável**”, analisa Márcia.



Foto: Comunicação CRESS-SP

Foto: Comunicação CRESS-SP

Foto: Comunicação CRESS-SP

Essa atuação profissional exige, segundo a professora, **conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo sobre as determinações sócio-históricas e das atribuições de valores**, positivos e negativos, disseminadas ao longo da história e na sociedade atual, **sobre as semelhanças e divergências no ocidente e no oriente**, e as **assimetrias decorrentes do lugar de nascimento ao se pensar o sul e o norte do mundo**, e as **diferentes matrizes teóricas** construídas por pesquisadoras brasileiras, latino-americanas, afro-caribenhas, estadunidenses, africanas, asiáticas e europeias.

Direitos para as mulheres, na sua diversidade

Segundo o CRESS-SP, **no Estado de São Paulo, dos/as mais de 39 mil assistentes sociais inscritos/as e ativos/as, quase 90% são mulheres**. No Brasil, de acordo com dados da pesquisa do Perfil Profissional de Assistentes Sociais apresentados pelo site oficial da Campanha de Gestão (mulheresassistentesociais.com.br), **entre os/as mais de 200 mil assistentes sociais no país, 92% são mulheres cis, trans e travestis, 49% delas negras, 47%, brancas e 3%, de outras raças/etnias**, como indígenas.

“Mulheres, assistentes sociais, que têm seu cotidiano de trabalho permeado por demandas sociais produzidas pela desigualdade social, inerente ao sistema capitalista, que submete parte expressiva da classe trabalhadora a condições desumanas, dependente dos programas da Política de Assistência Social”, pontua Márcia Eurico. São profissionais que também representam a diversidade da população feminina, que demanda o acesso a seus direitos também na observância e com respeito a essa diversidade e às suas especificidades. Para Márcia, **o debate proposto no Conjunto CFESS-CRESS possibilita a valorização das diferenças como potência, força e resistência**. “Há uma multiplicidade de mulheres — negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, periféricas, com deficiências, lésbicas, bissexuais, cis e trans, das cidades, do campo, com diferentes padrões estéticos — que, juntas, constroem a identidade coletiva do Serviço Social. **Se mulheres são diversas, as respostas profissionais têm que contemplar essa diversidade, o que só pode ser efetivado com a ampliação acerca do conceito de gênero, enquanto construção social**, que tem especificidades a serem desveladas no contexto histórico atual”, afirma.

Priscila acrescenta que a categoria mulher não é universal e, nesse sentido, ainda é possível observar a reprodução do sexismo dentro e fora da profissão. Uma formação e uma atuação profissionais antissexistas seriam um caminho para a equidade na garantia dos direitos das mulheres. “É preciso **romper de forma radical com práticas machistas naturalizadas no cotidiano, como a feminização e responsabilização dos cuidados, o papel da mulher na produção e reprodução da força de trabalho no modo de produção capitalista, a dominação de seus corpos e a criminalização do aborto** (independentemente de suas crenças pessoais)”, destaca.

Ela ressalta, ainda, que, pelo histórico da profissão, em sua gênese, que apresentava uma abordagem conservadora em relação às questões de gênero e raça/etnia, não é possível afirmar uma hegemonia em relação ao atual

conservadorismo. Contudo, **após movimento de renovação da atuação, a categoria se posiciona contra o conservadorismo**. “Ainda que tardio, o debate hoje está na agenda do Serviço Social, **a luta pelos direitos das mulheres, na contraofensiva ao neoconservadorismo no Brasil**”, enfatiza Priscila.

A pauta das mulheres e o debate étnico-racial

O debate da pauta de gênero passa, necessariamente, pela discussão do racismo estrutural no Brasil, e, no interior da profissão, esse vínculo não se desfaz. Se para defender e promover o acesso aos direitos da população feminina é preciso olhar para a diversidade e para as diferenças das mulheres na sociedade brasileira, e identificar quem são e onde estão as mais impactadas seja pelo projeto societário do Capital, seja pelas crises políticas, econômicas e sociais, da mesma forma, é preciso reconhecer que essa realidade tem reflexos na própria categoria de assistentes sociais. “Quando se avança nas análises sobre a presença das mulheres nos diversos espaços de trabalho, a intersecção entre gênero e raça/etnia é um dado que salta mesmo aos olhos mais desatentos. **Se somos maioria enquanto categoria profissional, quando se afunilam dados acerca dos locais de trabalho, da maior ou menor proteção trabalhista, pensar mulher no plural nos auxilia a compreender onde estão as mulheres negras, indígenas e brancas**”, reitera Márcia Eurico.

Nas políticas públicas, por exemplo, Márcia observa que, na evolução da carreira profissional, as pessoas brancas são quem assume, via de regra, os cargos de gestão e liderança. São também quem mais chega à carreira docente, especialmente nas universidades públicas, e quem mais recebe convites para publicar em grandes editoras comerciais. Já as assistentes sociais negras e indígenas, usualmente, são atingidas pela maior precarização nas relações de trabalho, marcadamente, hoje, com organizações não-governamentais à frente de importantes etapas na execução das políticas públicas. “Construir uma carreira profissional sólida e satisfatória requer que as necessidades humanas primárias sejam atendidas, e **as assimetrias raciais, que sustentam a sociedade capitalista estruturalmente racista, redu-**



As assimetrias raciais reduzem significativamente as oportunidades de realização dos projetos de vida para mulheres negras e indígenas



zem significativamente as oportunidades de realização dos projetos de vida para mulheres negras e indígenas, quer seja no espaço acadêmico, nos espaços de pesquisa ou na execução das políticas públicas”, sublinha Márcia.

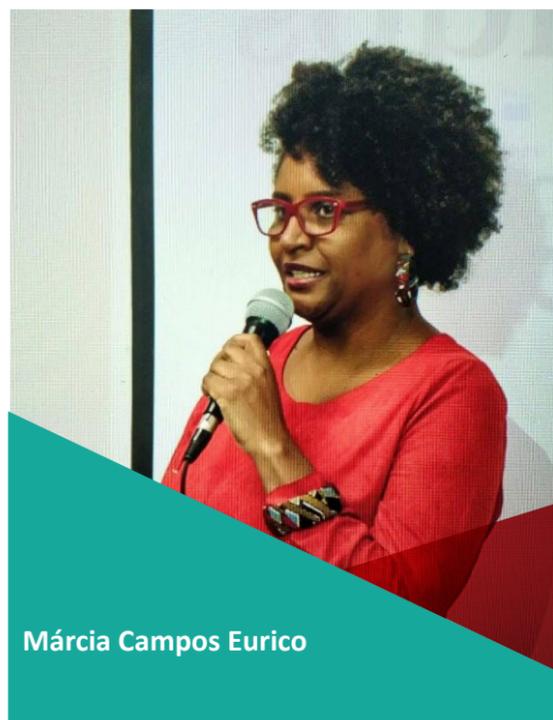
Priscila enfatiza que o “ser mulher” não é uma categoria universal. “O Serviço Social precisa estar atento e alinhado à diversidade da luta pelos direitos das mulheres, levando em conta as experiências de classe, raça/etnia, sexualidade, território, entre outras, que implicam na agenda de luta dessas mulheres, pois **os feminismos que desconsideram que mulheres não brancas ainda precisam lutar para terem sua humanidade reconhecida são movimentos elitistas**”, alerta.

Portanto, é necessário avançar na paridade de raça-etnia, com a presença das mulheres negras e indígenas em espaços de gestão e decisórios. Isso tudo é visto como um desafio na luta contra a somatização da opressão sexista e racista persistente na sociedade brasileira e reproduzida pelas instituições. “Nesse sentido, **o Serviço Social é espaço privilegiado de atuação profissional na defesa e orientação da população contra qualquer tipo de retrocesso nos direitos das mulheres**”, afirma Priscila.

Desafios na formação profissional

Na formação de assistentes sociais, Márcia Eurico entende que **o maior desafio é alcançar a materialidade das ações profissionais calçadas no Projeto Ético-Político e no Código de Ética da profissão**. “Ainda paira sobre parte significativa das produções teóricas a ideia de que poder-se-ia ser crítica e revolucionária apenas incorporando o discurso recorrente de que as mulheres são tratadas de maneira diferente e desigual no âmbito da vida pública e privada pelo fato de serem mulheres, e ponto final”, avalia a professora, atentando para a diversidade teórica do debate das relações de gênero e das diferentes formas que ele pode assumir no meio acadêmico, a depender dos/as intelectuais que o conduzem.

Para Márcia, muito em razão disso, nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação, acredita-se ser desnecessária a criação de espaços específicos e obrigatórios, na descrição da professora, “para assimilar análises do real que, na perspectiva crítica e revolucionária, produzem importantes elabo-



Márcia Campos Eurico

rações teóricas sobre essa pauta”. Ela detecta, ainda, uma visão identitária generalizada, que deve ser superada. “Ao invés de aprofundar e fazer escolhas políticas dentre as diversas correntes teóricas, **muitas vezes, o que verificamos no âmbito da formação é a ideia de que todo e qualquer debate sobre a categoria mulher é meramente identitário**. A mesma lógica atinge as produções acerca da categoria raça/etnia e sexualidades”, considera.

Por outro lado, ela percebe **importantes contribuições da própria categoria profissional** na implantação de disciplinas obrigatórias, na reunião de grupos de pesquisa, em projetos de extensão, no aumento das produções de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e iniciações científicas, em universidades públicas e privadas.

Uma luta de todas, sempre

Priscila Lira reforça que o cenário político atual exige resistência contra o avanço do neconservadorismo, contra os atuais retrocessos e contrarreformas.

Apesar do panorama desfavorável, **cabe sempre destacar que os espaços sócio-ocupacionais são privilegiados na luta e defesa dos direitos das mulheres**, seja na orientação, nos encaminhamentos, nas ações preventivas e educativas, de formação e análise de conjuntura, seja na organização coletiva, na participação em movimentos sociais, na denúncia da precarização dos serviços de atendimento às mulheres. “Por isso, nosso compromisso ético com a luta dos direitos das mulheres é uma luta cotidiana. Como nos ensina Audre Lorde, ‘Não sou livre enquanto outra mulher for pri-

sioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas””, finaliza Priscila.

“É pela vida das mulheres, no plural e nas suas particularidades, que a profissão tem adensado, sobretudo no contexto da redemocratização da sociedade brasileira e em consonância com os movimentos sociais, as análises sobre o quão violentas são as relações patriarcais de gênero e o quanto o cerceamento da liberdade das mulheres é funcional para o avanço do Capital”, afirma Márcia Eurico, para quem é essencial apreender que suas inquietações pessoais convergem com os dilemas postos pela realidade sobre a qual a profissão é chamada



O Serviço Social é espaço privilegiado de atuação profissional na defesa e orientação da população contra qualquer tipo de retrocesso nos direitos das mulheres



a intervir. “O movimento contínuo lá e cá me transforma a cada dia, enquanto mulher negra e profissional”, diz.

Para a professora, a campanha “*Nós, mulheres, assistentes sociais de luta!*” é assertiva ao evidenciar a **urgência da radicalização da luta contra toda forma de opressão, dominação e exploração, e convoca a construir inúmeras mediações**, que permitam interpretar o real sob a ótica da ética e dos direitos humanos. “Há muita luta que nos aproxima e muitos entraves que nos encorajam a seguir resistindo, porque é sobre a vida das mulheres que estamos e permaneceremos conectadas com o Projeto Ético-Político do Serviço Social”, conclui. ■



Priscila Lemos Lira

Foto: arquivo pessoal

Emancipa no debate sobre os direitos das mulheres

Nova edição da revista do CRESS-SP é dedicada à pauta das mulheres. Todos os artigos são de autoria de pesquisadoras da temática

A revista *Emancipa: o cotidiano em debate*, publicada anualmente pelo CRESS-SP, chega ao seu sétimo número somando vozes à Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS “*Nós, mulheres, assistentes sociais de luta!*”. Com o objetivo de fortalecer o debate sobre os direitos das mulheres, o mote da campanha foi a referência para os trabalhos veiculados e dá título à edição. “O Conselho Editorial se debruçou em analisar quais pontos eram essenciais para a discussão da luta das mulheres. Pensamos em temas centrais para cada artigo, e, posteriormente, em articulistas que vêm se debruçando no estudo das temáticas propostas”, relata **Ana Léa Martins Lobo**, Conselheira Estadual do CRESS-SP e membro do Conselho Editorial da publicação.

A *Emancipa* nº 7 reúne artigos sobre **gênero, classe e raça, políticas públicas e mulheres, violência contra a mulher, direitos reprodutivos, entre outros, assinados por mulheres atuantes no campo da pesquisa acadêmica**. No potente corpo de articulistas, Samara Kelly Xavier e Silva discute “*Gênero, classe e raça em uma perspectiva de totalidade*”, Aila Fernanda dos Santos e Camila Caroline de O. Ferreira discorrem sobre “*Contribuições da Teoria da Reprodução Social para a compreensão das condições de vida e trabalho das mulheres sob o modo de produção capitalista: aportes ao Serviço Social*”, Emilly Marques fala sobre “*As mulheres nas políticas sociais*”, Bruna

Andrade Irineu aborda as “*Marcas da violência e da Desproteção Social: lesbofobia e transfobia no Brasil atual*”, e Nayara Damiano, “*Mulheres, direitos reprodutivos e aborto no Brasil*”.

“O resultado foi muito positivo, com artigos que trazem um conteúdo científico e político muito rico. Sem dúvidas, uma **revista histórica**, que demarca a importância da luta e a resistência das mulheres”, descreve Ana Léa. Segundo a Conselheira, a expectativa é de que a edição tenha uma repercussão bastante positiva e capilaridade na categoria.

O CRESS-SP disponibiliza a versão digital da *Emancipa* no seu site oficial, cress-sp.org.br, e a versão impressa pode ser adquirida na Sede e nos eventos presenciais do Conselho, por um valor simbólico, para custeio da produção da revista. ■



Ilustração: Eduardo Inouye

SECRETARIA DO CRESS-SP: ELO INDISPENSÁVEL COM A CATEGORIA

Atuação do setor no suporte e atendimento à processualidade ética profissional e na prestação de inúmeros serviços ao público fortalece o vínculo do Conselho com assistentes sociais de todo o Estado

Por Lilian Castilho | Edição: Ana Paula Cappellano | Fotos: arquivo pessoal

São diversas as atividades desenvolvidas pelo CRESS-SP na defesa da categoria e do exercício da profissão de Serviço Social em São Paulo, em uma agenda política conduzida por suas Comissões, Conselheiras, Conselheiros e assistentes sociais da base. Mas **no cotidiano de serviços prestados ao público, atendimento e acompanhamento da processualidade ética profissional e atendimento administrativo da Sede e das Seccionais o protagonismo é do setor de Secretaria.**

Arlete Freire de Brito Paiva, analista de Administração e Serviços e supervisora do setor, e **Mayara Bittencourt Ibe**, assistente de Administração e Serviços, atuante na Seccional de Presidente Prudente/SP, contam um pouco sobre essa rotina de trabalho imprescindível nos processos de atendimento aos/às assistentes sociais e de fiscalização ética.

O Setor de Secretaria, como explica Arlete, é o responsável pelo apoio administrativo à Comissão Estadual Permanente de Ética (CPE) — responsável pela análise das denúncias éticas recebidas e pela emissão de parecer quanto à procedência ou não das mesmas —, às Comissões de Instrução de jurisdição da Sede — responsáveis pela investigação mais detalhada, ou seja, pela instrução dos processos éticos em andamento — e às relatorias incumbidas das análises dos Processos de Desagravo Público. **“São atuações marcantes, que exigem foco e determinação por parte dos/as profissionais atuantes na Secretaria”**, enfatiza Arlete.

Ela acrescenta que, em relação à CPE, a Secretaria assume o papel de controlar as denúncias recebidas e as disponibilizar à Comissão. Sobre as Comissões de Instrução de jurisdição da Sede, a analista esclarece que o setor dá suporte com orientações administrativas quanto aos processos éticos e faz o encaminhamento ao setor jurídico das solicitações de esclarecimento no âmbito legal. A emissão de relatórios quantitativos, a elaboração das pautas das reuniões mensais, a emissão de correspondências respectivas às denúncias éticas, a atuação dos prontuários e organização do arquivo das denúncias éticas também estão no escopo de trabalho da Secretaria.

Arlete pontua que os/as profissionais do setor também realizam, quando necessário, contatos telefônicos ou por e-mail com as Comissões, fazem o agendamento de audiências e emissões de correspondências respectivas aos processos éticos, bem como os encaminham para julgamento e outras providências do Conselho Pleno, além de fazer o controle daqueles em andamento.

O setor de Secretaria é a referência para o recebimento de novas denúncias éticas, de novos documentos a serem anexados às denúncias

e aos processos éticos já existentes e para a disponibilização dos prontuários e processos para vistas pelas partes. “O setor é o responsável por dar o suporte administrativo desde o início da denúncia ética, passando ao processo ético, se instaurado, até sua finalização e arquivo às Comissões respectivas e partes interessadas”, resume Arlete.

Cabe ressaltar que, **em decisão do Conselho, por meio da Resolução CRESS-SP 024/2022, de 25/03/2022, as denúncias e os processos éticos em andamento na instituição passaram a tramitar, exclusivamente, na forma eletrônica.** Por conta dessa transição de meio físico para eletrônico, desde a expedição da Resolução, o setor tem se dedicado à alimentação do sistema de informática com todos os arquivos e informações necessários para que tanto as Comissões quanto as partes interessadas nas denúncias e nos processos éticos tenham acesso aos prontuários e processos. **“Acreditamos que essa alteração dará mais celeridade na resposta tanto à sociedade quanto à categoria profissional de assistentes sociais em relação às demandas éticas recebidas pelo CRESS-SP”**, aponta Arlete.

Na Seccional de Presidente Prudente, no interior paulista, Mayara conta que a atuação, dentro dos trâmites burocráticos realizados pela Secretaria, consiste de várias etapas, **tudo com o objetivo de dar transparência e conhecimento sobre todas as informações e o andamento dos processos.**

Os atendimentos são feitos de forma *on-line*, por telefone ou presencialmente, e a profis-



São atuações marcantes, que exigem foco e determinação por parte dos/as profissionais atuantes na Secretaria



sional explica que é papel da Seccional receber o processo ético enviado pela Sede, entrar em contato com a Comissão de Instrução e auxiliar os/as profissionais responsáveis nas rotinas administrativas. “Rotinas, essas, que envolvem o processo ético, tal como enviar notificação, alimentar o sistema, juntar documentos no processo, enumerar as páginas, acompanhar os prazos, auxiliar nas audiências — que ocorrem durante os processos éticos —, agendar reuniões e, após o parecer final, encaminhar o processo para a Sede, a fim de que seja julgado”, relata Mayara.

Funções diversas

A Secretaria, na sede do Conselho, presta atendimento à categoria e à sociedade em geral no acompanhamento das denúncias e dos processos éticos. De acordo com Arlete, as prioridades são a área da ética, o atendimento às partes e a procuradores/as de Comissões, das denúncias e processos éticos, assim como o atendimento a prestadores de serviços, fornecedores e consultas relacionadas à Lei de Acesso à Informação.

A supervisora observa **uma importante interação do público com o CRESS-SP por meio da atuação do setor, já que a Secretaria acaba sendo a referência para os/as profissionais e instituições** encaminharem consultas, convites e manifestações por e-mail à Direção e às Comissões. “Por e-mail, efetuamos aproximadamente dez atendimentos diários externos sobre questões da área da ética ou voltadas à Direção e às Comissões. E, como a Secretaria é o setor de suporte administrativo à Direção do CRESS, invariavelmente, recebemos muitas consultas digitais e fazemos a distribuição para o setor ou Comissão respectivos”, conta



Arlete Freire de Brito Paiva

Analista de Administração e Serviços e supervisora do setor de Secretaria do CRESS-SP

Arlete.

A Secretaria também é responsável por receber as correspondências dirigidas não só à Direção mas a todos os setores do CRESS-SP. Além do recebimento, é onde são feitos o registro, a triagem e a distribuição dessas correspondências, e a expedição de ofícios solicitados pela Direção.

A rotina de trabalho ainda inclui, entre as principais atividades, a efetivação de compras e licitações, o gerenciamento do almoxarifado e patrimônio, a expedição dos malotes às Seccionais e a reserva de passagens em viagens para a participação dos/as representantes do CRESS-SP em eventos do Conjunto CFESS-CRESS e relacionados à atuação do Conselho.

Na Sede, um grupo de seis trabalhadores e trabalhadoras do CRESS-SP está à frente da execução de todas essas funções: além de Arlete, Dannielle Harumi de Lucena Babachinas, Elisane Ritieli Aparecida Teixeira, Fabiano Brito, Maciel Luiz dos Santos Silva e Osvail Martins da Silva.

Nas Seccionais, geralmente, um/a funcionário/a responde pelas demandas de sua região em todas as questões correspondentes aos atendimentos prestados pelos setores da Sede, em especial os de inscrição, cobrança, secretaria e biblioteca.

Compromisso com o público

Entre os serviços prestados à categoria, os principais estão relacionados às necessidades do registro (inscrição, reinscrição e cancelamento) e de se manter adimplente com o Con-

selho, a informações sobre eventuais dívidas, ao envio de boletos e à realização de acordos de parcelamento do débito. As solicitações podem ser feitas por e-mail, telefone e presencialmente, mediante agendamento.

Atualmente, na Seccional Presidente Prudente, são realizados cerca de 20 atendimentos por dia, a maioria voltada para o departamento de inscrição e cobrança. “O atendimento é realizado sempre em conformidade com as Resoluções estabelecidas pelo Conjunto



É um trabalho importante para os/as profissionais da categoria, e a Seccional corrobora com a realidade dos/as assistentes sociais do interior paulista



CFESS-CRESS e com a orientação de todos/as os/as superiores mediatos/as e imediatos/as”, ressalta Mayara.

Ela enfatiza que a **prioridade é um atendimento objetivo, instrutivo e ético**, viabilizando a resolução de todas as dúvidas do/a profissional ou de seu/sua representante legal, sem que, para isso, haja a necessidade de comparecer à Sede, em São Paulo, o que poderia ser muito dispendioso. “É um **trabalho importante para os/as profissionais da categoria, e a Seccional corrobora com a realidade dos/as assistentes sociais do interior paulista**, pois cria-se um vínculo territorial”, avalia. ■



Mayara Bittencourt Ibe

Assistentente de Administração e Serviços da Secretaria do CRESS-SP na Seccional Presidente Prudente

Assembleias Gerais Ordinárias presenciais em 2022

Eventos marcaram a volta aos encontros presenciais do CRESS-SP com a categoria. Plano de Ação e eleição da Comissão Eleitoral 2023 foram destaques da agenda

O CRESS-SP realizou em 2022 duas **Assembleias Gerais Ordinárias, as primeiras presenciais da gestão** **Ampliações: Em defesa do Serviço Social, nos encontramos na luta!**, que, desde 2020, devido à pandemia da COVID-19, vinha promovendo os encontros com a categoria na modalidade remota.

A primeira Assembleia aconteceu em 16 de julho e reuniu cerca de 200 profissionais em torno da apresentação de contas do exercício 2021, avaliação do cumprimento das ações consensuadas na Plenária Nacional do Conjunto CFESS-CRESS e da eleição de delegados/as para os Encontros Descentralizado do Sudeste e Nacional do Conjunto CFESS-CRESS. Em 15 de agosto, na segunda Assembleia, 160 assistentes sociais participaram da apresentação e deliberação sobre a proposta de Plano de Ação para o exercício de 2023, da apresentação da avaliação da delegação sobre o 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS e da eleição da Comissão Eleitoral 2023. No Plano de Ação, foram estabelecidos os valores das anuidades de pessoa física, R\$ 588,80, e jurídica, R\$ 663,13, e apresentadas as formas de parcelamentos, agora em 10 vezes, além dos descontos, taxas e emolumentos para 2023.

Os eventos também foram espaços para a proposição de novas pautas e moções de repúdio e de apoio sobre temas com repercussão para assistentes sociais e a classe trabalhadora. “As moções são iniciativas importantes para garantir a coletivização de ques-

tões fundamentais para a profissão. As de repúdio vêm denunciar o retrocesso das políticas públicas, do fundo público e a precarização do trabalho, entre tantas outras atrocidades do nosso tempo”, comenta Ubiratan de Souza Dias Junior, Conselheiro Estadual do CRESS-SP. Ubiratan destaca a moção de apoio ao Grupo de Estudos das Relações Étnico-Raciais no Serviço Social (GERESS), pelos 13 anos de atuação no fortalecimento e reafirmação da importância dos debates e estudos da questão racial no Serviço Social, inclusive, junto ao Comitê Assistentes Sociais no Combate ao Racismo do CRESS-SP.

Outros destaques das Assembleias foram o Espaço Criança, para mães e pais assistentes sociais participarem com o acolhimento de seus/suas filhos/as, e a centralidade do debate antirracista, que também marca o Plano de Ação 2023, com dotação orçamentária para a viabilização das ações de combate ao racismo. “As Assembleias de 2022 foram muito significativas. Podemos resgatar o debate, o contato presencial, a perspectiva de construção coletiva do Serviço Social no Estado de SP. Nesse reencontro, tivemos a certeza de que somos sobreviventes e de que o Serviço Social tem futuro e é resistência”, avalia Francilene Gomes Fernandes, Conselheira Estadual e vice-presidente do CRESS-SP.

As coberturas completas das Assembleias estão no site do Conselho, em cress-sp.org.br. ■

DEFESA E LUTA DAS MULHERES

Assistentes sociais mulheres que atuam em espaços sócio-ocupacionais e de serviços especializados no atendimento à população feminina fazem a defesa dos direitos sociais das mulheres pelas usuárias e com elas, no enfrentamento dos obstáculos impostos pelo machismo e patriarcado também no próprio ambiente de trabalho

Por Lilian Castilho | Edição: Ana Paula Cappellano | Fotos: arquivo pessoal

Atividade profissional de mulheres no campo da defesa da população feminina, em uma sociedade machista e patriarcal, é uma batalha em duas frentes, na da difícil promoção do acesso a direitos socialmente negados e, nessa atuação, na do enfrentamento de problemas conhecidos da maioria das trabalhadoras no Brasil, como as desigualdades de condições de trabalho, de remuneração, valorização e reconhecimento, e de poder de fala.

É nesse contexto que, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, assistentes sociais mulheres assumem papel fundamental na busca pela equidade e garantia de que todas as mulheres tenham seus direitos visibilizados.

Anabella Pavão da Silva, assistente social do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), na Comarca de Nuporanga/SP, vereadora em Batatais/SP, membro convidada do *Grupo de Trabalho Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos – GT CAEDH LGBTQIA+*, do CRESS-SP, especialista em Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e doutora em Serviço Social, comenta como, historicamente, as vozes das mulheres sempre foram silenciadas, pois se entendia que elas eram intelectualmente inferiores aos homens. “Nísia Floresta, no século XIX, já questionava esse absurdo. E, no meu caso, é um desafio dobrado, pois ser transexual neste país, nesta conjuntura, exige muita coragem, não só para viver no cotidiano, mas **para fazer a voz ecoar no meio político e profissional e mostrar as perversas condições de vida que o cis-sexismo, a transfobia e a marginalização nos colocaram ao longo do tempo**”, relata.

Segundo Anabella, as pautas feministas são sempre desqualificadas pelos intolerantes. Todavia, há resistência de luta, embasada em dados, estudos e pressionando para que as demandas se tornem políticas de Estado, políticas sociais contínuas e permanentes. “Estamos engatinhando nessas áreas, mas só de estarmos nos movimentando já é uma grande vitória”, sublinha.

Michelle Dias da Silva, assistente social, coordenadora no *Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) “Viviane dos Santos”*, especialista em Saúde Mental e Migração e Refúgio, membro do Núcleo Descentralizado Leste do CRESS-SP (NUCRESS Leste), do *Grupo de Estudos das Relações Étnico-Raciais no Serviço Social (GERESS)* e do *Coletivo de Trabalhadores Terceirizados das Políticas Públicas de São Paulo (CTP/SP)*, compartilha do entendimento da importância da atuação das mulheres pelos direitos femininos.

Para ela, as assistentes sociais têm uma atuação relevante na busca pelos direitos e pela igualdade de gênero, pois estão inseridas em espaços importantes que os movimentos foram construindo, viabilizando uma melhor leitura política da sociedade. Isso permite a compreensão de como os pilares do patriarcado e do racismo sustentam o Capital, o que auxilia a incidir poli-

ticamente em espaços públicos que vão fomentar políticas públicas para as mulheres.

“A atuação pelos direitos das mulheres precisa ser política. Política em espaços públicos e também dentro dos serviços, para que essas mulheres não sejam violadas dentro do próprio serviço que está ali para defendê-las, para protegê-las e cuidar das suas demandas de violência”, ressalta Michelle.

Nessa atuação, ela pontua, porém, que, em alguns espaços sócio-ocupacionais, muito embora a maioria do quadro profissional seja de mulheres assistentes sociais, sabe-se que o patriarcado age para que a voz feminina seja emudecida. “Isso ocorre bastante nos espaços de rede, nos espaços de rede intersetorial. Por isso, **é fundamental para nós, sobretudo, que trabalhamos com mulheres em situação de violência doméstica, nos colocarmos em movimento nesses espaços**, levando nosso conhecimento, debatendo gênero, raça e classes, para dar voz e luz a esses temas relevantes e fortalecer as mulheres como sujeitos de direito a cobrar por suas prerrogativas”, defende a assistente social.

A defesa no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais

Anabella tem duas perspectivas de realidades, uma pela atuação no TJSP e outra pela vereança na cidade de Batatais, interior de São Paulo. Ela conta que, no Tribunal, recebe processos em

que são observadas mulheres alvos de acusações machistas por parte de companheiros ou ex-companheiros. “Noto que, em ações litigiosas, a violência psicológica ocorre em demasia. Isso quando não são identificados indícios ou denúncias de outras formas de violência. Diante desse cenário, faz-se **necessário não só refletir acerca dos desdobramentos do machismo na vida de mulheres em seus diversos papéis sociais, como também explanar essas reflexões em nossos estudos técnicos**, como laudos, pareceres ou estudos sociais”, comenta.

A profissional reforça, ainda, o quanto é **importante as assistentes sociais problematizarem os relatos das entrevistas com um arcabouço teórico**, que permita ao poder judiciário pensar as suas atribuições e competências diante das violências que mulheres sofrem cotidianamente na vida social, profissional, familiar e doméstica.

Como vereadora, Anabella fala sobre suas linhas de atuações. Uma delas é no fortalecimento da Rede de Atendimento à Mulher. “Tenho parceria com a Delegacia de Defesa da Mulher de Batatais (DDM) e participo da construção do *Coletivo Elas Podem*, pensado por duas mulheres potentes da cidade, Carolina Castro e Ariane Souza, a partir do podcast *ElasPod*, que é apresentado semanalmente nas redes sociais com foco local”, conta, observando que a construção desse coletivo tem permitido dar voz às mulheres em uma cidade conservadora e machista de 63 mil habitantes. Tem sido uma luta interessante e uma quebra de paradigmas, pois se discute a realidade de mulheres cis, trans e travestis.

Além desses trabalhos, em conjunto com outras vereadoras, ela já realizou formações acerca do atendimento às mulheres cis, trans e travestis vítimas de violência, direitos LGBTQIA+, gênero, sexualidade e políticas sociais. “Entendo que a minha formação em nível de graduação e pós-



Faz-se necessário não só refletir acerca dos desdobramentos do machismo na vida de mulheres em seus diversos papéis sociais, como também explanar essas reflexões em nossos estudos técnicos



Anabella Pavão da Silva

Assistente social do TJSP, vereadora em Batatais/SP e membro convidada do GT CAEDH LGBTQIA+, do CRESS-SP

-graduação, o trabalho profissional e o mandato permitem que eu ocupe diversos espaços reflexivos e propositivos no campo das políticas e em áreas como o Serviço Social, Direito, Psicologia, Educação e Saúde. É incrível poder dialogar com áreas distintas da nossa sociedade”, enfatiza Anabella.

Michelle também relata parte do seu dia a dia como profissional atuante pelos direitos das mulheres. Atualmente, ela é coordenadora no CDCM “Viviane dos Santos”, popularmente conhecido como Casa Viviane dos Santos, que existe há 18 anos no território do Lajeado, distrito da cidade de São Paulo/SP, com serviços terceirizados ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, entre outros. “Temos assistente social, psicóloga e advogada (que faz o atendimento de orientação jurídica)”, informa Michelle. No espaço, são recebidas mulheres de todas as regiões da capital paulista.

É uma rotina bem dinâmica nos atendimentos, que acontecem de forma espontânea ou encaminhados pelos serviços da rede, no âmbito da Justiça. As mulheres chegam ao Centro solicitando atendimento e orientações. “Via de regra, são orientações de nível jurídico, mas em que percebemos as demandas sociais e psicológicas, que também precisam ser trabalhadas”, explica Michelle. Um atendimento inicial é realizado dentro do processo de anamnese, para entender todo o contexto, a constituição da mulher, até a chegada do processo de violência. E, a partir disso, **junto com essa mulher, são pensados a melhor estratégia e quais atendimentos serão necessários para mais bem acolhê-la e auxiliá-la no rompimento da violência.**

É traçado, então, um planejamento de acompanhamento social. Tudo é realizado a **partir da percepção do social, que tem o papel importante de trazer essa mulher para a cena, como protagonista da sua história**, fazendo ela entender que a violência que ela está vivendo, ou que viveu, faz parte de um sistema, de uma estrutura, que é o patriarcado. **Muitas mulheres atendidas são negras, que, além do patriarcado, enfrentam o racismo.**

“Um dos trabalhos que nós, assistentes sociais, desenvolvemos é possibilitar para essa mulher condições de se perceber no processo de violência, mas, também, de não se sentir responsável por estar em violência, pois é isso que a violência doméstica faz, ela coloca a mulher no

papel de vítima e também de incapacitada de protagonizar as suas decisões, incapacitada de sair do processo de violência”, salienta Michelle.

Para além disso, ainda na Casa Viviane dos Santos, a assistente social tem a responsabilidade de dialogar com a rede de enfrentamento à violência, fomentar o debate da violência doméstica nas redes, auxiliar no processo de constituição de fluxos para que se encurte a rota de situação de violência doméstica em que essas mulheres se inserem, além de auxiliá-las na inserção em programas sociais e no acesso a benefícios de transferência de renda, orientações relacionadas ao INSS e demais políticas públicas que não têm relação apenas com a questão da violência doméstica.

Perspectivas

Michelle acredita que há muito a ser conqui-



É fundamental para nós, que trabalhamos com mulheres em situação de violência doméstica, nos colocarmos em movimento nesses espaços, levando nosso conhecimento, debatendo gênero, raça e classes



tado. Ela cita, por exemplo, a descriminalização do aborto como uma pauta muito relevante à vida, principalmente, de mulheres pobres. Para ela, **as mulheres do movimento feminista e que atendem mulheres têm que dar corpo a essa pauta e buscar aberturas**, pois há muitas conjunturas de uma sociedade preconceituosa.

“A nossa esperança é de, em algum momento da nossa luta, não precisar mais falar sobre violência, machismo, patriarcado, racismo, porque esses pilares terão sido destruídos junto com o Capital. Nosso trabalho, como agentes reflexivos/as, dentro desses espaços, é garantir a liberdade dessas mulheres, como centralidade, assim como fomenta o nosso Código de Ética”, afirma Michelle.

Para Anabella, a perspectiva é no campo da moradia. Segundo a assistente social, os movimentos de moradia vêm ampliando os quadros de mulheres na liderança. “Vemos **emergir e fortalecer muita gente de luta, aguerrida, que nos anima e persevera para as nossas lutas.** Assim, destaco como alavanca a mensagem de Simone de Beauvoir: *‘Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre. Porque alguém disse e eu concordo que o tempo cura, que a mágoa passa, que decepção não mata. E que a vida sempre, sempre continua’*”, finaliza. ■



Michelle Dias da Silva

Assistente social, coordenadora na Casa Viviane dos Santos, membro do NUCRESS Leste, do GERESS e do CTP/SP

Construindo protocolos de atendimento para a população LGBTQIA+

“A nossa profissão demorou muito para iniciar campanhas de combate ao preconceito LGBTQIA+, principalmente o combate aos preconceitos praticados por colegas da nossa categoria. Foi após 13 anos da publicação do nosso Código de Ética que o Serviço Social lançou a campanha *“O amor fala todas as línguas”*”, avalia Anabella, que considera a campanha um marco para, entre outros, os/as assistentes sociais passarem a atuar na proteção do público LGBTQIA+ nos espaços sócio-ocupacionais. Porém, ela observa que **ainda faltam orientações técnicas direcionadas ao Serviço Social no que diz respeito à saúde LGBTQIA+, ao processo transexualizador, nome social na documenta-**

ção civil, nome social em matrícula escolar, atendimento LGBTQIA+ no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na Educação, na Saúde, entre outros.

“O **GT CAEDH LGBTQIA+, do CRESS-SP, é uma iniciativa muito importante para promover eventos, campanhas e colaborar na construção desses protocolos de atendimento.** O GT da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que acolhe o debate geracional, de gênero e raça também é fundamental para introduzirmos essa pauta na formação na graduação e nas linhas de pesquisa e produção teórica na pós-graduação, no ensino, na pesquisa e na extensão”, acrescenta Anabella. ■

PELO SERVIÇO SOCIAL, PELA CATEGORIA E PELA VIDA

A gestão do CRESS-SP no triênio 2020-2023 foi marcada pelos obstáculos impostos pela pandemia da COVID-19 e por um Governo desfavorável à classe trabalhadora e aos direitos sociais e humanos. Novas estratégias miraram a defesa da vida e garantiram o cumprimento das propostas à categoria

Por Ana Paula Cappellano | Foto: arquivo CRESS-SP



A gestão de um Conselho de uma categoria profissional que tem como norte a atuação na defesa intransigente dos direitos sociais e humanos encontra desafios para além daqueles próprios das atividades de sua competência.

A agenda político-administrativa — cumprida por meio do atendimento aos/às assistentes sociais seja nas rotinas burocráticas, na orientação, disciplina e fiscalização do exercício da profissão, seja na participação e promoção de eventos, no fomento da formação continuada ou na inserção nos debates das principais pautas do Serviço Social e da sociedade brasileira — é permeada pelas questões da conjuntura.

Neste triênio a ser concluído em breve, ela foi das mais devastadoras. **Ao já desfavorável quadro político, econômico e social do Brasil, somou-se a pandemia da COVID-19**, que era uma realidade ainda recente para o país quando a gestão **Ampliações: Em defesa do Serviço Social, nos encontramos na luta!** iniciou sua trajetória em maio de 2020.

“Entre os principais impactos, destacamos o

tempo de respostas ao cenário terrível que vivenciamos. A cada dia, uma nova expressão de precariedade do trabalho, de intensificação, de adoecimento, de ataque aos direitos



Foi necessário recalcular as rotas para garantir uma ‘gestão pandêmica’ no âmbito do CRESS-SP



sociais e aos direitos humanos, de racismo, machismo, xenofobia, LGBTQIA+fobia, dentre outros, colocou-se para a gestão. **E mesmo em meio a tantas dificuldades, não deixamos de dar resposta a nenhuma delas**”, avalia a Gestão Estadual, que, nesta entrevista, faz um balanço dos seus três anos de trabalho à frente do CRESS-SP.

Jornal Ação: A gestão **Ampliações: Em defesa do Serviço Social, nos encontramos na luta!** assumiu logo nos primeiros meses após a pandemia da COVID-19 ter estourado no Brasil. Como isso impactou o direcionamento de propostas?

Gestão Estadual: Numa sociedade capitalista, a conjuntura sempre apresentará cenários adversos à classe trabalhadora, e na pandemia não foi diferente. **O que mais ficou deste período foi conviver e vivenciar o luto permanente frente à ação criminosa do Governo Federal**, que gerou um alto quantitativo de

mortes. Infelizmente, nos dois primeiros anos desta gestão, conviver com a dor, a perda e os danos foi uma constante. Além disso, a falta de direção de um governo que prezasse pela vida certamente impactou o cenário de saúde, político e econômico.

O abandono de uma premissa básica de defesa pela vida no Governo Federal nos exigiu a tarefa de precisar reafirmar muitas vezes o óbvio. Buscamos contribuir na denúncia desse cenário, no combate à desinformação, e nos somamos à luta por **Vacina para todas/os pelo SUS, já!, defendendo que o governo viabilizasse a vacinação imediata de toda a população**, priorizando trabalhadoras/es da linha de frente do combate à pandemia e dos serviços essenciais.

Foi necessário lidar com o luto internamente, pois tivemos a perda do querido **Thiago Pinéis de Araújo, funcionário do CRESS-SP na Seccional de Araçatuba por mais de 13 anos, e do diretor Nivaldo, da Seccional de Santos**, ao mesmo tempo em que precisamos garantir respostas céleres para a categoria profissional, que precisou enfrentar desafios.

Corte ou destruição financeira e técnica das políticas sociais, resignificação do trabalho entre o emergencial e o essencial, novidades frente às modalidades de trabalho presencial, híbrido e remoto, o trabalho mediado pelas tecnologias, teleatendimentos, falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletivos, não priorização na vacinação para quem estava na linha de frente foram alguns dos desafios profissionais deste tempo.

Entre os principais impactos, que aqui traduzimos como desafios, **destacamos o tempo de respostas do CRESS-SP ao cenário terrível que vivenciamos.** A cada dia, uma nova expressão de precariedade do trabalho, de intensificação, de adoecimento, de ataque aos direitos sociais e aos direitos humanos, de racismo, machismo, xenofobia, LGBTQIA+fobia, dentre outros, colocou-se para a gestão. **E mesmo em meio a tantas dificuldades, não deixamos de dar resposta a nenhuma delas.** Foram e são tempos em que o respirar — a luta, a vida — ganhou novo significado.

JA: Quais eram as principais metas da gestão e o que foi possível alcançar?

GE: É importante refletir que esta gestão se propôs a compor a Direção do Conselho antes da pandemia, e quando a iniciou a crise sanitária já estava instalada. Esse dado é importante, pois **foi necessário recalcular as rotas para garantir uma “gestão pandêmica” no âmbito do CRESS-SP.** Ainda assim, a plataforma de propostas contou com **22 propostas divididas em quatro eixos: Gestão do Conselho, Movimentos sociais, Lutas populares, classe e intersecções, Trabalho e formação profissional e Políticas Sociais. E foi possível cumprir a totalidade das propostas.**

Destacamos algumas dessas metas que avaliamos como alcançadas: prosseguir com a articulação com as entidades da categoria (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO) na defesa da profissão; avanço na garantia de acessibilidade nas Seccionais e na reforma e mudança para a nova Sede Estadual do Conselho; ampliação gradual do quadro de agentes fiscais no CRESS-SP; continuidade e ampliação das ações de descentralização e interiorização

por meio dos NUCRESS e das demais ações do Conselho, a fim de fortalecer o diálogo e a aproximação com a categoria profissional; dar continuidade ao *Espaço Criança* nas Assembleias Gerais Ordinárias; aprimorar a comunicação do Conselho com a categoria; ratificar o compromisso com as pautas étnico-racial, de gênero, indígena e LGBTQIA+, numa perspectiva de classe; continuidade e fortalecimento do *Comitê Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*; manter articulação e atuar para a implementação do Serviço Social na Rede Básica de Educação.

JA: Que estratégias foram adotadas para concretizar esses planos?

GE: Garantir o diálogo aberto com a categoria profissional e utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para se manter presente no cotidiano dos/as assistentes sociais e de toda a sociedade. Com as devidas limitações, as TICs foram a estratégia adotada para concretizar as metas alcançadas.

Também citamos a **manutenção e o reforço nas ações de descentralização e interiorização das ações do Conselho, por meio dos NUCRESS, que ganharam outro formato nesta gestão, mas que foram fortalecidos, bem como o Comitê Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, que também se adaptou ao cenário pandêmico**, sempre garantindo qualidade e compromisso com a pauta do debate das relações étnico-raciais e o enfrentamento ao racismo.

Deu-se, também, o início da inclusão e tramitação dos processos éticos no sistema eletrônico de gerenciamento de informações do CRESS-SP, o que possibilitou a continuidade das análises pela Comissão Permanente de Ética (CPE) por meio de reuniões remotas. Ainda, foram inúmeras ações conduzidas pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), realizando atividades de orientação a profissionais que buscam a entidade perante diversas demandas que estão vivenciando nos seus distintos espaços sócio-ocupacionais.

JA: O que não foi possível realizar e que era uma prioridade?

GE: Uma das propostas da gestão era estudar e buscar colocar em prática a ampliação do *Espaço Criança* para as demais atividades do Conselho (hoje ele é garantido para as Assembleias). Frente ao cenário pandêmico e à suspensão da maioria das atividades presenciais, não foi possível avançar nessa ampliação. Contudo, esse compromisso segue em nosso horizonte, com o acréscimo do empenho em se pensar esse espaço abarcando também a primeira infância (0 a 3 anos de idade).

Também não foi possível garantir algumas mudanças de sede de Seccionais, devido às dificuldades do cenário pandêmico, mas os processos estão encaminhados.

JA: Como foi conduzir uma gestão em que os trabalhos presenciais não puderam acontecer por tanto tempo?

GE: Desafiador, pois a forma que defendemos

de orientar, fiscalizar, inscrever, cadastrar, zelar pela ética profissional é no dia a dia, no chão dos espaços sócio-ocupacionais, no chão do CRESS, no que é concreto e não virtual. **Ter que fazer concessões pelo cenário sanitário foi o principal desafio de estar à frente do CRESS-SP no último período. Ainda assim, avaliamos que foi possível avançar em muitas frentes.** Temos recebido muitas avaliações positivas da categoria, que recebe bem as atividades remotas ou híbridas, pois compreende que isso tem possibilitado mais participação.

JA: Se pudessem apontar alguns dos piores e melhores momentos desta gestão, quais seriam?

GE: Os melhores momentos foram a participação na *18ª Marcha da Consciência Negra*, em 2021 — num bloco formado pela Direção e base do *Comitê Assistentes Sociais no Combate ao Racismo* —, a finalização da primeira etapa da reforma da nova Sede do CRESS-SP e a mudança para o novo endereço, bem como a atualização do parque tecnológico, garantindo melhores condições de trabalho, e a realização da *I Assembleia Geral Ordinária*, em julho de 2022 — que foi o primeiro momento presencial da gestão com a categoria do Estado de São Paulo, com a eleição da delegação para o *49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS*.

Os piores foram as perdas das vidas de funcionários/as e seus familiares, de profissionais da categoria e da população como um todo.

JA: Que legado querem deixar para a próxima gestão e para a categoria do Serviço Social em São Paulo?

GE: Desejamos que a próxima gestão possa seguir dirigindo a profissão em nosso Estado com coerência, força e posição firme frente à realidade. Independentemente do cenário político, sanitário, econômico e social, viver eticamente é viver fazendo escolhas, e esperamos que possam zelar pelo compromisso ético das/os assistentes sociais e compreendam que nós, assistentes sociais, temos um lado na luta de classes: o da classe trabalhadora! ■



Que a próxima gestão possa seguir dirigindo a profissão com coerência, força e posição firme frente à realidade



Conscientização sobre Escuta Especializada

Iniciativa do CRESS-SP orienta assistentes sociais sobre Lei 13.431/2017 e as problemáticas na EE e DE. Ações devem seguir em 2023

A campanha “**Assistente Social e Escuta Especializada**”, liderada por um Grupo de Trabalho (GT) da Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos (CAEDH) do CRESS-SP, com membros da SubCOFI de Bauru, Santos, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, da COFI e do setor de Fiscalização Profissional, **promoveu diversas ações em 2022 com o objetivo de bem informar a categoria sobre a Lei nº 13.431/2017**, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do/a adolescente vítima ou testemunha de violência, e sobre as metodologias de atendimento a essa população.

No centro das reflexões propostas, estiveram as **problemáticas presentes nos procedimentos de Escuta Especializada (EE) e Depoimento Especial (DE), em detrimento dos direitos das crianças e adolescentes**, que, como aponta **Francilene Gomes Fernandes**, Conselheira Estadual e vice-presidente do CRESS-SP, seguem sofrendo reatualização, uma vez que os municípios não criam regulamentações locais para organizar a relação da Rede de Proteção com o Sistema de Justiça e Segurança Pública. “A campanha é destinada

às/aos assistentes sociais atuantes nessas esferas, viabilizando, de forma refletida, argumentos para que tenham como meta o atendimento comprometido com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, e não com os objetivos institucionais, muitas vezes, na contramão do nosso projeto profissional”, comenta Francilene.

O engajamento da categoria tem sido positivo, seja na grande repercussão das ações nas redes sociais do CRESS-SP, seja na participação nos eventos organizados sobre o tema. “Temos investido na Comunicação, entendendo que as orientações já feitas pelo Conjunto CFESS-CRESS precisam circular mais para alcançar mais profissionais”, pontua Francilene, destacando, ainda, a construção de orientações jurídicas, a incidência junto ao TJSP e a realização de rodas de conversa para chegar ao cotidiano profissional das instituições. A realização de seminários, *lives* no Instagram, série de *cards* orientativos e enquete sobre a demanda da categoria nesse campo também estiveram entre as atividades desenvolvidas. “Avaliamos que a campanha deve ser permanente e, para 2023, já temos projeção de continuidade das ações citadas”, revela a Conselheira. ■

CRESS-SP amplia debate da luta anticapacitista

Seccional Bauru promove evento na Semana Municipal de Prevenção às Deficiências de Bauru. Discussões reforçam cumprimento da Resolução CFESS 992/2022

A **Seccional Bauru do CRESS-SP** promoveu no dia 19 de setembro de 2022 o evento “**Luta anticapacitista – Uma luta de todas/os**”, organizado em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Bauru (COMUDE), para a *Semana Municipal de Prevenção às Deficiências de Bauru* e o *Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência*. O encontro *on-line* foi aberto ao público geral e contou com palestras de **Ariani Queiroz Sá**, presidente do COMUDE, e **Daiane Mantoanelli**, assistente social, pesquisadora, integrante do *Coletivo Serviço Social Anticapacitista* e do *GT Anticapacitismo* do CFESS.

Em pauta, reflexões como os **desafios para o avanço nas políticas públicas para as Pessoas Com Deficiência (PCDs)**, a **importância da luta anticapacitista e do controle social**, aspectos conceituais e históricos do movimento, e pesquisas sobre o perfil dos/as assistentes sociais com deficiência e a necessidade de tornar acessíveis as ações no campo,

com a disponibilidade de todos os recursos para isso, como a presença de intérpretes. “Avaliamos o evento de forma positiva, sendo preciso realizar outras ações sobre o tema, com acessibilidade para as PCDs, o que já está previsto no planejamento da Seccional para o próximo ano”, afirma **Marcia Maria Cunha**, coordenadora da Seccional Bauru.

Marcia acrescenta que as discussões realizadas no encontro contribuem para o cumprimento da **Resolução nº 992/2022 do CFESS, que estabelece normas proibindo atos discriminatórios e/ou preconceituosos contra PCDs no exercício da profissão**. “A resolução está relacionada com o debate do evento, que discutiu como se dá a luta anticapacitista, refletindo sobre os conceitos que **ampliam a forma de compreender as deficiências como parte da diversidade humana**, sobre as expressões capacitistas que devemos excluir do nosso cotidiano e as legislações que defendem os direitos das PCDs”, conclui a coordenadora. ■

Pautas urgentes nos Seminários Estaduais da COFI em 2022

Webinários abordaram o problema das requisições indevidas e a luta antirracista no trabalho dos/as assistentes sociais. Engajamento da categoria nos eventos foi marcante

As edições de 2022 do **Seminário Estadual da Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (COFI)** mobilizaram, mais uma vez, membros da COFI e de SubCOFIs, Conselheiros/as da Direção, assistentes sociais da base e agentes fiscais da Sede e Seccionais do CRESS-SP em torno de temas atuais e urgentes para o Serviço Social, escolhidos a partir das demandas da própria categoria. Promovidos em forma de webinários, como vem acontecendo desde o início da pandemia de COVID-19, os eventos contaram com forte engajamento dos/as assistentes sociais e a participação de profissionais que são referências na área.

Em 13 de junho, o **I Webinário Estadual da COFI de 2022**, realizado com a SubCOFI Campinas, teve como tema “**Requisições Indevidas x Atribuições e Competências da/o Assistente Social**” e discutiu os ataques à autonomia profissional de assistentes sociais na atualidade. O encontro teve **Yolanda Guerra como especialista convidada** e contou com explicações, divulgação de dados e debate com o público. O evento **rendeu a produção do artigo “Requisições Indevidas no Serviço Social e a atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional do CRESS-SP”**, para apresentação no **XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**.

Com organização da COFI, SubCOFI Sede e do *Comitê Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*, o **II Webinário** aconteceu em 6 de dezembro e abordou o “**Serviço Social e a luta antirracista. Reflexão sobre o combate ao racismo no cotidiano profissional e no CRESS-SP**”, propondo o diálogo sobre o trabalho profissional e o combate ao racismo. **Palestras de Márcia Campos Eurico, Ricardo Vos e Williana Angelo da Silva** foram parte da programação do encontro, que incluiu explicações, relato de experiência e debate.

“Por serem *on-line*, pudemos alcançar aqueles/as profissionais que, por um motivo ou outro, não poderiam comparecer a esses encontros. Nosso objetivo é este, de acordo com o nosso Projeto Ético-Político, atualizar sempre a nossa categoria no seu cotidiano de trabalho”, considera a Conselheira Estadual e coordenadora da COFI, **Regiane Cristina Ferreira**.

No início de dezembro, o I Webinário, com público próximo a 500 pessoas durante a *live* em junho, contabilizava **mais de 6.780 visualizações**, e o II Webinário, com cerca de 130 pessoas assistindo ao vivo, somava **quase 640** já nos primeiros dias após à sua realização. Os webinários podem ser assistidos na íntegra no canal do CRESS-SP no YouTube, em youtube.com/cresssp. ■